

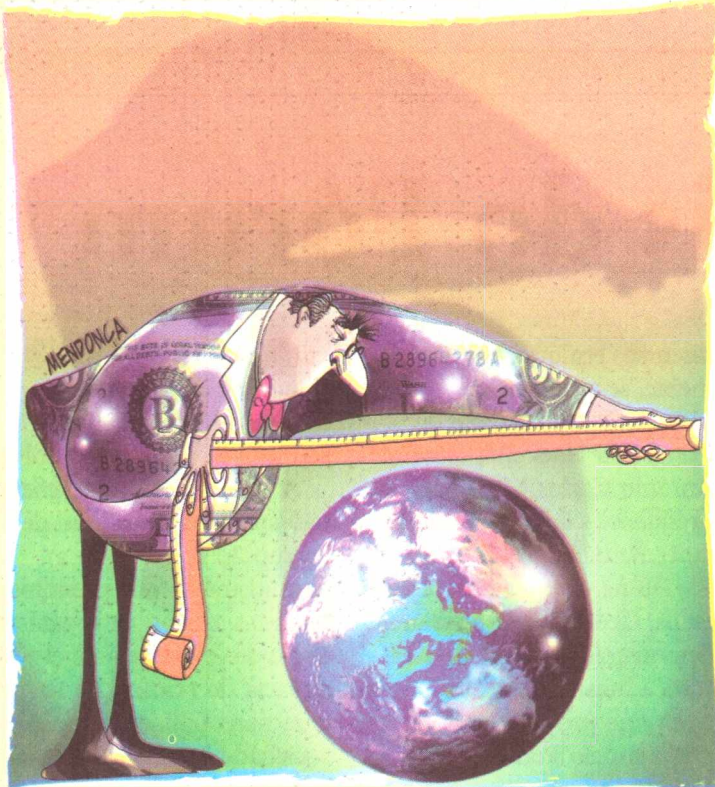
## O parâmetro humano

por Luis Fernando Veríssimo

O Ser Humano é a medida de todas as coisas. Pelo tamanho do Ser Humano se mede a vastidão do Universo, assim como pelo palmo e a braça se começou a medir a Terra. Todo o conhecimento do mundo se faz de uma perspectiva humana, todo o julgamento das coisas do mundo se faz por um parâmetro humano. Assim, enaltecer o senso moral do Ser Humano não é um floreio de linguagem que a única espécie que fala se faz, é valorizar este frágil instrumento de medição pelo qual a vida revela seu

sentido. O Ser Humano ou é moral, e julga tudo por um prisma moral, ou é apenas um mecanismo inútil.

O liberalismo pensa estar defendendo o indivíduo quando nega a primazia do social, ou diz que uma sociedade é apenas um conjunto de ambições autônomas. O culto ao individualismo seria um culto à liberdade se não elesse como seu paradigma supremo a liberdade de lucrar, e como referência moral a moral do mercado. Se não fosse apenas a última das muitas tentativas de substituir o Ser Humano como a medida de tudo, e seu direito à vida e à dignidade como o único



direito a ser cultuado. Já tentaram rebaixar o homem a mero servo de uma ordem divina, a autômato descartável de engrenagens industriais, a estatística sem identidade de regimes totalitários, e agora a uma comodidade entre outras comodidades, com nenhuma liberdade para escolher seu destino individual e o mundo em que quer viver. Mas o indivíduo só é realmente um indivíduo numa sociedade igualitária, como só existirá liberdade real onde os valores neoliberais não prevalecerem.

O que aconteceu nos cinco dias históricos de Porto Alegre foi uma tentativa de resgatar o

parâmetro humano. Se houve ações mais fortes, elas se justificam pelo princípio jurídico da auto-defesa, pois estava-se defendendo a saúde do planeta, ou pelo princípio teatral da ação simbólica. O principal foi que falou-se muito, e o que se falou foi ouvido no mundo inteiro. Se não foi entendido no mundo inteiro, não faz mal. A intenção era apenas mostrar que seres humanos não abdicaram da sua função, que o retorno de capital ainda não é a medida de todas as coisas do mundo. E afinal, este foi apenas o primeiro Fórum Social Mundial. Nos próximos, falaremos mais claro.

Texto escrito especialmente para a cerimônia de encerramento do Fórum Social Mundial 2001

# PT Notícias

JORNAL DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

ANO V Nº 101 - EDIÇÃO ESPECIAL - 5 a 19 de março de 2001



José Dirceu, presidente nacional do PT, participou de várias atividades do Fórum

## Outro mundo é possível

Cidadãos e cidadãs construtores de um futuro generoso para a humanidade inauguraram o novo milênio realizando o I Fórum Social Mundial. Foi um marco de esperança para todos os povos do planeta e uma nova etapa de organização internacional daqueles que se rebelam, resistem e constroem alternativas ao neoliberalismo. O Fórum Social Mundial foi realizado em Porto Alegre (RS), de 25 a 30 de janeiro de 2001, quando estiveram reunidos delegados e delegadas de todos os continentes, representando o sindicalismo, movimentos sociais do campo e da cidade, ONG's, parlamentares, prefeitos, enfim, o conjunto da sociedade civil mundial que luta por um novo mundo.

O Fórum Social Mundial ocorreu simultaneamente ao Fórum Econômico Mundial que se realiza em Davos, Suíça, sob o patrocínio das maiores empresas transnacionais do planeta. Enquanto os poderosos e os governos fiéis à barbárie neoliberal estiveram em Davos cultivando o dogma

do "pensamento único" que hegemoniza a política internacional, milhares de pessoas de todos os continentes e que representam a riqueza e pluralidade daqueles que se opõem às fórmulas de morte, exclusão e miséria estavam reunidos em Porto Alegre socializando experiências e construindo alternativas ao neoliberalismo.

"É preciso destacar o caráter do encontro: democrático, pluralista e de alto grau de organização. Buscou a construção de alternativas à globalização neoliberal com uma liberdade total de opinião e de manifestação, inclusive para aqueles que se opunham à sua realização, o que não aconteceu em Davos", relatou o presidente nacional do PT, deputado federal José Dirceu. Para ele, o "FSM marca uma mudança radical na ação das organizações não-governamentais, as ONGs, que, pela primeira vez, se uniram aos sindicatos, às entidades da sociedade civil, aos movimentos populares, aos governos e aos partidos



### A esquerda já dispõe, hoje, das "condições subjetivas" necessárias e suficientes para fazer a crítica da "globalização" e propor alternativas

políticos de esquerda na definição de ações e de objetivos comuns".

Para o jornalista José Arbex Jr., "após uma década de aplicação das políticas preconizadas pelo "Consenso de Washington", o mundo viu aumentar vertiginosamente o processo de concentração de riquezas, de exclusão social. De outro lado, a esquerda já dispõe, hoje, das "condições subjetivas" necessárias e suficientes para fazer a crítica da "globalização" e propor alternativas. Essa capacidade crítica e analítica foi o resultado acumulado de um intenso e penoso processo de mobilizações e debates, incluindo as expe-

riências do movimento dos zapatistas, do MST, da guerrilha colombiana, das manifestações e encontros de Berlim (1994), Belém (1999), Seattle e Praga (2000)".

#### Sucesso total

Para infelicidade daqueles que não acreditavam na realização do evento, o que se constatou foi o sucesso de público e de representatividade do encontro.

Acreditando que outro mundo é possível foram a Porto Alegre aproximadamente 16 mil pessoas de 122 países do mundo.

Os debates matutinos foram pautados pela discussão da produção de riquezas

e a reprodução social; o acesso à riqueza e a sustentabilidade; a afirmação da sociedade civil e dos espaços públicos; e poder político e ética na nova sociedade. Reuniram pensadores e militantes das causas sociais de grande densidade. E com a ajuda da tecnologia, os textos dos temas debatidos eram imediatamente disponibilizados para todo o planeta por meio da Internet.

Durante todo o Fórum as tardes foram dedicadas à realização de mais de quatrocentas oficinas que abordaram as mais variadas questões do mundo atual. E para as noites ficaram reservados espaços para depoimentos pessoais de personalidades que relataram aos presentes histórias de vidas colocadas a serviço da humanidade.

O Fórum não teve caráter deliberativo, e não gastou tempo, portanto, para discutir as vírgulas de um documento final. Ele foi o início de um processo de reflexão conjunta, a nível mundial, em torno dos quatro eixos abordados nos

painéis. A única resolução conjunta foi a de realizar outra reunião, com o mesmo propósito, no mesmo lugar, daqui a um ano. As outras resoluções foram tomadas separadamente nas 400 oficinas de discussão, onde entidades da sociedade civil de 122 países intercambiaram idéias e confrontaram experiências. Daí partirão as ações conjuntas contra a dominação neoliberal.

"O que se pretende é abrir espaço — a cada ano um novo aprofundamento — em uma reflexão também "globalizada", para a busca de alternativas ao modelo que está aí nos dominando. Na verdade o I Fórum Social Mundial foi um primeiro passo, mas um passo inteiramente novo, que ganhou repercussão crescente em todo o mundo. Esperamos que essa repercussão assegure efetivamente o início de uma nova etapa na luta contra a submissão do ser humano aos interesses do capital", opinou Francisco Whitaker, integrante do Comitê de Organização do FSM. ★

## RECADADO



Vários acontecimentos políticos importantes, que aparentemente não têm nenhuma ligação com o Fórum Social Mundial, literalmente abalaram o Brasil logo após a realização daquele encontro histórico.

Primeiro foi a crise com o Canadá, em torno da chamada "vaca louca", na verdade, uma resposta daquele país à nossa política de exportações a partir dos avanços da Embraer no mercado internacional.

Há muitos anos não acontecia nada tão importante em nosso país em matéria de política internacional. Em poucos dias, o Canadá fez, pela conscientização de milhões e milhões de brasileiras e brasileiros, o que não conseguimos fazer em anos. Nunca ficou tão claro o que é a globalização e seus limites, principalmente a necessidade de o Brasil mudar de rumo e se impor como nação soberana perante os organismos internacionais e as nações desenvolvidas.

O repúdio, não apenas pela incompetência e pela desídia do governo brasileiro, mas, fundamentalmente, pela chantagem que o governo do Canadá quis fazer com o Brasil, deixou o governo e seus acólitos nus e, na prática, demonstrou a ausência de uma política de comércio exterior e de defesa dos interesses do Brasil no mundo globalizado.

Agora fica claro para a sociedade que o governo FHC, seguindo a política de Collor, abriu nossa economia de forma errada e em um ritmo totalmente equivocado. Fica evidente

que não exigimos reciprocidade dos países desenvolvidos na abertura de nosso mercado e não preparamos o país para a competição monopolista e para o protecionismo que predomina nos EEUU, Canadá e União Européia.

São os mesmos que se negam a rediscutir sua descarada política de subsídios agrícolas e protecionismo sanitário, fito sanitário, comercial e agora ideológico que imprimem por meio da hipócrita defesa do meio-ambiente e dos direitos trabalhistas e sociais – que recusam para os imigrantes e agridem ao apoiar as políticas econômicas e os ajustes impostos pelo FMI a nossos países.

Na verdade, o governo do Canadá, ao tentar sujeitar o Brasil, com o conhecimento dos EEUU, à humilhação da proibição de venda e importação de nossa carne, quer que recuemos da disputa legítima que fazemos do mercado aeronáutico mundial, ao mesmo tempo em que tenta preparar, na prática, nossa submissão amanhã à agenda e aos prazos que querem impor na implantação da ALCA.

O segundo fato foi o repúdio da sociedade e o desgaste do governo, de FHC e dos partidos que compõem a coalizão do governo (PSDB, PMDB e PFL), no episódio da eleição das mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Nunca a sociedade brasileira aprendeu tanto em tão pouco tempo. Pôde assistir a decomposição moral e política daquela aliança conservadora, a partir de métodos aéticos utilizados pelos partidos governistas e de, novamente, graves denúncias de compra de voto - ontem para a reeleição de FHC, hoje para a eleição do presidente da Câmara.

Depois tivemos dossiês, fitas de vídeo, documentos e

discursos em que, mutuamente, se acusavam de corrupção o presidente do Congresso Nacional, senador Antônio Carlos Magalhães, o presidente e líder do PMDB, Jader Barbalho e o líder do PMDB na Câmara dos Deputados, Geddel Vieira, em uma demonstração da falência da Justiça brasileira, já que nenhuma providência fora iniciada pelo Poder Judiciário.

Com exceção dos partidos de oposição, que exigiram o posicionamento da Comissão de Ética do Senado e do Ministério Público e solicitaram uma CPI na Câmara dos Deputados, o que vimos foi o silêncio e a cumplicidade do governo e dos partidos chamados aliados.

Agora o país assiste o senador ACM chantageado o presidente da República, numa escalada sem precedentes de denúncias e acusações recebidas após uma visita a procuradores da República. Mesmo assim, o governo e sua maioria parlamentar se recusam a instaurar uma CPI e procurar manter a situação sob controle mantendo ministros ligados a ACM

Ficou clara, como aconteceu em São Paulo durante o governo Pitta-Maluf, a necessidade da sociedade limpar o Congresso Nacional, elegendo uma nova maioria em 2002, e se tornou visível o grau de degradação das práticas políticas sob o governo de Fernando Henrique Cardoso.

O terceiro episódio foi como um terremoto: a rebelião dirigida pelo PCC em 25 presídios do Estado de São Paulo, que expõe o governo Mário Covas-Geraldo Alckmin e desmascara toda propaganda dos tucanos e do governo federal em torno de uma suposta política de segurança pública. O fato acorda a sociedade, espero, para a necessidade urgente de um novo governo no Brasil e em São Paulo, e para a urgente tarefa de distribuir renda no Brasil, criar

empregos, reorganizar o Estado e rever totalmente nossas políticas públicas sociais e de segurança pública.

A sociedade precisa refletir não apenas sobre o grau de corrupção que atingiu a administração dos presídios paulistas, o grau de organização dos presos e o nível e a audácia do crime organizado e do narcotráfico no Brasil. A sociedade precisa atentar para a gravidade desta rebelião no sentido em que contou com o apoio da maioria dos presos e das famílias, o que expressa o nível de insatisfação e explosão de setores marginalizados da sociedade brasileira.

Trata-se de um sinal, de um aviso prévio da gravidade e da urgência do problema social brasileiro, que não será resolvido com repressão ou simplesmente com mais presídios e mais leis.

Salta à vista que, abaixo da linha da luta social e política, começa a se organizar no Brasil uma luta dos totalmente excluídos, os "fora-da-lei", os marginalizados e os reclusos nas prisões, ainda que não encontremos entre eles nenhum "criminoso de colarinho branco", o que só agrava o problema e mostra seu caráter de classe.

O que têm a ver estes fatos graves e relevantes com o acontecimento histórico de Porto Alegre? Simplesmente confirmam a agenda do Fórum Social Mundial e demonstram como estava certo o diagnóstico realizado naquele encontro sobre as consequências morais, sociais e econômicas da globalização hegemônica pelos Estados Unidos e a necessidade urgente de se construir alternativas ao risco que a humanidade corre.

Por fim, chama a atenção para a responsabilidade que temos nós, petistas, neste início de milênio no nosso Brasil e no mundo.★

José Dirceu, presidente nacional do PT e deputado federal.

## Depois do Fórum

## OPINIÃO

## Lições do Fórum

Falei de coração no Fórum Social Mundial de Porto Alegre que este foi um dos mais grandiosos eventos da sociedade civil em que tive a honra de participar como convidado. Disse que nem partidos políticos nem sindicatos, por exemplo, poderiam organizar, em tão pouco tempo e em nível mundial, algo tão significativo para a humanidade nesta conjuntura tão especial que estamos vivendo. Se as manifestações em Seattle, há pouco mais de um ano, como já é comum afirmar, marcaram o momento decisivo da reação das sociedades à dominação neoliberal, certamente Porto Alegre representará o marco em que uma nova mudança histórica se inicia.

Todo o mérito da ideia, da iniciativa e da enorme mobilização e repercussão cabem às oito organizações da sociedade civil brasileira que formam o Comitê de Organização do Fórum Social Mundial e aos parceiros nacionais e internacionais que lhes deram apoio. Citei-as nominalmente em um dos meus discursos em Porto Alegre e vou fazê-lo novamente agora: ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais), ATTAC (Ação pela Tributação das Transações financeiras em Apoio aos Cidadãos), CBJP (Comissão Brasileira Justiça e Paz, da CNBB), CIVES (Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania), CUT (Central Única dos Trabalhadores), IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), CJG (Centro de Justiça Global) e MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

Os parceiros principais foram organizações e redes internacionais, entre as quais ATTAC da França, e o governo do Rio Grande do Sul e a Prefeitura de Porto Alegre, na condição de anfitriões oficiais e apoiadores do evento.

É preciso chamar a atenção para alguns aspectos conceituais da proposta do Fórum Social Mundial que são inovadores. Primeiro: trata-se de um evento da sociedade civil internacional organizada. Consequências: não é um encontro de governos e não é protagonizado por eles. Também não é um encontro de partidos políticos. Evidentemente, personalidades ligadas a partidos, que têm importância nas sociedades, são convidadas, bem como autoridades governamentais. Meros convidados, que não decidem sobre os rumos do evento e em muitos casos sequer fazem intervenções na programação definida pelo Comitê.

Essa característica do Fórum de Porto Alegre introduziu uma relação nova entre a sociedade civil organizada e governos e partidos políticos. Reconheçamos que é difícil encontrar governos e partidos que aceitem participar apoiando concretamente um evento de tal magnitude sem poder controlá-lo politicamente. Mas foi isso o que aconteceu. Nem mesmo a escolha de Porto Alegre foi feita pelas organizações brasileiras, mas indicada por organizações da sociedade civil internacional. A imprensa deu pouco destaque a esse fato porque ele, apesar de novo, contraria a visão dominante de que todos os partidos e governos só fazem ações junto à sociedade civil para instrumentalizá-la.

Segundo, não se trata de um evento deliberativo, tipo congresso de organização ou partido, que estivesse obrigado a tirar uma só declaração ou resolução final. É impressionante como grande parte da imprensa ficou confusa com isso, sem compreender direito a posição do Comitê de Organização, apresentada desde o lançamento da ideia do Fórum: não haverá uma declaração, mas poderão haver várias, de todos os que livre e autonomamente desejarem aprovar entre si posições comuns. E foi o que aconteceu: O Fórum Parlamentar Mundial tirou sua resolução; o Fórum Mundial de Autoridades Locais (Prefeitos etc) aprovou a sua carta; centenas de movimentos sociais aprovaram conjuntamente uma declaração e uma combativa agenda de lutas; o movimento negro fez o mesmo; o das mulheres; o da juventude; e assim por diante. Sem falar das centenas de oficinas que trataram dos mais variados temas e muitas delas adotaram também decisões e resoluções.

Tenho certeza de que os resultados do Fórum Social Mundial continuarão tendo influência positiva durante muito tempo. Trata-se da introdução de novos parâmetros, muito mais amplos e democráticos, na cultura política das sociedades. Defendemos valores humanos comuns e estamos dispostos a tirar consequências políticas e práticas deles. Eles se contrapõem aos valores que regem as políticas neoliberais em todo o mundo. Não há um pensamento único. Lutamos por um outro mundo em que os valores humanos se sobreponham aos valores de mercado. Em vez da globalização do capital, a globalização solidária dos povos e das nações. Os caminhos para chegarmos a isso são diversos. O mundo não é uma mercadoria. E isso ficou absolutamente claro no Fórum de Porto Alegre.

Luiz Inácio Lula da Silva, conselheiro do Instituto Cidadania.

## Comitê confirma FSM 2002 em Porto Alegre

Tomado por mais de 3 mil delegados, representando organizações sociais de todo o mundo, o auditório do Centro de Convenções da PUC-RS vibrou de emoção quando o comitê organizador do FSM-2001 anunciou a decisão de realizar também em Porto Alegre o Fórum de 2002. A decisão reflete a posição amadurecida ao longo de uma bateria de reuniões do comitê. A resolução final prevê a possibilidade de fóruns simultâneos, que acabarão fortalecendo e ampliando a repercussão do novo encontro.

Expressa em uma "Nota de Informação" com seis pontos, a opção do comitê é complexa. Ela começa com uma constatação vibrante: "No Fórum Social Mundial de Porto Alegre desencadeamos uma forte resistência ao neoliberalismo, pela construção de um outro mundo. Nada poderá conter este processo". Logo em seguida, o

texto confirma a decisão que mostrou a existência de uma alternativa ao "pensamento único", e criou um fato político de repercussão mundial: o Fórum Social Mundial será realizado todos os anos, "na mesma data do Fórum Econômico de Davos". O ponto 3 do documento foi o que despertou o entusiasmo das delegações de todo o mundo. Ele estabelece que "com base em uma carta de princípios e orientações pré-estabelecidas a partir da experiência do Fórum que hoje encerramos", o comitê anuncia que pretende "realizar em Porto Alegre um novo Fórum em 2002". Ao mesmo tempo, declara-se disposto a "estimular a realização, na mesma data, de Fóruns em outros lugares do mundo". Se a ideia se concretizar, ela multiplicará o efeito contestador e alternativo de Porto Alegre 2001: os países melhor preparados para o FSM-2002

poderão trazer delegações numerosas ao Brasil, e ao mesmo tempo realizarem eventos simultâneos que deixarão claro o caráter universal da resistência. O ponto 4 resolve um problema sentido ao longo desse ano pelo comitê organizador do FSM-2001. Nos próximos meses, serão feitos esforços para "constituir um Conselho Internacional do Fórum Social Mundial". Convocadas pelo comitê brasileiro, organizações de todo o mundo participarão do trabalho de definir os sentidos e as pautas do evento do próximo ano.

Os itens seguintes do documento tratam do futuro. A partir de 2003, o Fórum Social Mundial será realizado "em um outro país em que tenham sido conseguidas as melhores condições de realização dos Fóruns de 2002". Em 2004 haverá "uma nova rodada de Fóruns, em muitos países, e

assim sucessivamente". O trabalho de preparação de Porto Alegre 2002 começa já. O comitê voltará a se reunir nos primeiros dias após o Carnaval. A parte final do texto explicita que, além disso, estarão prontos, até abril de 2001, "a carta de princípios e orientações para a realização dos Fóruns de 2002" e "a lista de lugares que se dispuserem a realizar os Fóruns de 2002, além do Fórum de Porto Alegre".

A caminhada rumo ao Fórum Social Mundial 2002 já foi iniciada. Importantes e novas informações que estão sendo disponibilizadas no site do FSM (www.forumsocialmundial.org.br). Nesta página também podem ser encontradas as integridades das declarações, depoimentos, conferências e documentos.★

Antônio Martins, jornalista e membro do Comitê Organizador do FSM.

EXPEDIENTE

# PTnotícias

ÓRGÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

|   |  |
|---|--|
| <b>PRESIDENTE NACIONAL DO PT</b><br>José Dirceu   | <b>FOTOS</b><br>Ibanes Lemos   |
| <b>SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO</b><br>Ozeas Duarte                                   | <b>ILUSTRAÇÃO</b><br>Vicente Mendonça  |
| <b>JORNALISTA RESPONSÁVEL</b><br>Fernanda Estima - MTb 25075                                | <b>SEDE</b><br>Rua Silveira Martins, 132,<br>São Paulo, SP, CEP 01019-000<br>Tel.: (011) 233-1313<br>Fax: (011) 233-1349<br>E-mail: ptnot@pt.org.br<br>Página na Internet: www.pt.org.br |
| <b>REDAÇÃO</b><br>Rosana Ramos, Fernanda Estima,<br>Walter Venturini e Cláudio Cezar Xavier | <b>Tiragem:</b> 12.000 exemplares<br>Fotolitos e impressão: Artpress   |
| <b>DIAGRAMAÇÃO</b><br>Cláudio Gonzalez  |  |

## PODER LOCAL

# Prefeitos e a inclusão

*Prefeitos de diversas cidades do mundo estiveram reunidos em Porto Alegre*

O Fórum das Autoridades Locais pela Inclusão Social foi um dos encontros mais promissores que aconteceu simultaneamente às demais atividades do Fórum Social Mundial.

Prefeitos de diversas cidades do mundo estiveram reunidos em Porto Alegre, entre os dias 26 e 27 de janeiro, com o objetivo de debater o papel do poder local na solução de problemas como a pobreza, endividamento, desemprego e na busca de alternativas ao modelo neoliberal.

A iniciativa de realizar um encontro deste tipo teve como pano de fundo a experiência bem sucedida das práticas de gestão pública

participativa na cidade de Porto Alegre, chamada de Orçamento Participativo, e implantadas a partir de 1989 no primeiro mandato do Partido dos Trabalhadores no município.

As mesas redondas abordaram temas como a dimensão da pobreza nas cidades, políticas de inclusão social e fortalecimento das associações e redes de cidades. Após os debates, os representantes assinaram um documento que pretende selar o comprometimento com as propostas, a fim de traçar metas conjuntas para a construção de um novo paradigma de desenvolvimento social.

## Carta do Fórum de Autoridades Locais

Reunido dias 26 e 27 de janeiro de 2001, em Porto Alegre, o Fórum de Autoridades Locais pela Inclusão Social, comprometido com o fortalecimento e valorização da cidadania e das cidades como espaço democrático, defende e propõe:

Reconhecemos o direito à cidadania nos novos espaços públicos surgidos dos processos de urbanização. Trata-se de socializar a condição de cidadão. De criar as condições culturais para que a população menos integrada socialmente viva a cidadania e tenha acesso ao conjunto de direitos da mesma.

As autoridades locais assumem o compromisso de, juntamente com a participação direta e democrática de sua cidadania, promover políticas que combatam a crise da moradia, a precariedade dos serviços urbanos, a pobreza que afeta partes significativas da população e aos fenômenos de exclusão social e marginalização negadores dos direitos de cidadania. Isso comporta uma maior e mais justa redistribuição dos recursos públicos, implicando numa adequada repartição da receita pública entre os governos centrais e locais, de tal forma que as cidades tenham condições de prover as necessidades de infraestrutura e serviços públicos para as suas populações.

As políticas sociais, necessárias nas cidades, são parte decisiva das políticas de proteção dos direitos humanos. As autoridades locais assumem o compromisso de promover e potencializar estas políticas, zelando pelos interesses das pessoas mais desfavorecidas e vulneráveis.

As autoridades locais, a partir de suas ações de governo, assumem o compromisso de desenvolver programas que tendam à criação de emprego, combatendo o desemprego e a precariedade das condições de trabalho, bem como incentivando novas fontes de ocupação.

Reconhecemos o importante papel das cidades na era da globalização como instrumento regulador da lógica implacável do mercado. Nesta linha é importante reforçar e construir redes cidadãs em todo o planeta que permitam às cidades intervir em programas de cooperação descentralizada e solidária.

Reconhecemos a importância da relação cidade-campo, e defendemos a proteção e promoção de políticas agrícolas e agrárias necessárias ao desenvolvimento econômico e social sustentável para cidades saudáveis.

Promoveremos o reconhecimento do direito das cidades e seus governos democráticos em atuar na vida política, econômica e cultural internacional. Nesse sentido é importante potencializar a aliança local e as uniões e colaborações diretas entre cidades.

Defendemos o direito das cidades de ter voz própria ao participarem nos organismos internacionais. Será importante avançar na formulação de uma nova declaração universal dos direitos e deveres da cidadania, que permita construir uma cultura comum a todos os cidadãos e cidadãs.

Defendemos a necessidade de colaboração estreita dos entes locais com organizações não governamentais, para potencializar iniciativas internacionais que reforcem os direitos de cidadania.

Um desenvolvimento econômico nacional, que tenha como pressuposto a inserção soberana de todos os países na economia mundial, sem submissões e dependências unilaterais, só será alcançado se tiver como base ações públicas e movimentos em defesa da justiça social a partir das cidades. No contexto da globalização tutelada pelo capital financeiro, é importante avançarmos na discussão de mecanismos de controle social sobre os fluxos financeiros internacionais. Faz parte disso a discussão sobre a criação de uma taxa sobre as transações financeiras internacionais, direcionando tais recursos para políticas de combate à pobreza e para a inclusão social. As cidades são importante instrumento para estancar os processos de exclusão, para desenvolver políticas de inclusão social e dar repostas aos problemas da cidadania. Constituem um marco decisivo para promover e consolidar processos de democracia participativa e de controle público sobre o Estado, geradores de consciência cidadã solidária. As cidades constituem um espaço fundamental para restabelecer a esperança de construir um mundo mais justo e humano.

**Comissão redatora da Carta de Porto Alegre:** Angel Merino (Sant Feliu de Llobregat, Espanha); Gabriel Abascal (Badalona, Espanha); João Luiz dos Santos (Porto Alegre, Brasil); Marcelo Déda (Aracaju, Brasil); Maria Helena Magaiha (Maputo, Moçambique); Paulo Ziulkoski (Confederação Nacional dos Municípios Brasileiros); Pedro Wilson Guimarães (Goiania, Brasil); Pepe Vargas (Caxias do Sul, Brasil); Vasco Franco (Lisboa, Portugal); Tarso Genro (Porto Alegre, Brasil).



# Parlamentares em rede internacional

Como parte do I Fórum Social Mundial, foi realizado o Fórum Parlamentar Mundial, que reuniu e mobilizou parlamentares de todos os países para a discussão de temas cruciais no contexto da globalização neoliberal.

O Fórum Parlamentar Mundial ocorreu nos dias 27 e 28 de janeiro.

## O FSM foi a oportunidade para medir o dinamismo das resistências cidadãs e populares à mundialização neoliberal

O temário discutido englobou questões como a desregulamentação de mercados, o endividamento, transações financeiras especulativas, os riscos à

democracia face à globalização e um conjunto de outros temas que organizam a agenda política do próximo período.

Aos parlamentares de todo o mundo está reservada a tarefa de constituir uma plataforma comum para o enfrentamento ao neoliberalismo, bem como a organização de formas articuladas de luta capazes de obstruir os elos que cristalizam a hegemonia neoliberal a partir de bases nacionais. ★

## Declaração Final do Fórum Parlamentar Mundial

O Fórum parlamentar mundial acontece pela primeira vez em Porto Alegre, nos dias 27 e 28 de janeiro de 2001, no contexto do Fórum social mundial (FSM), do qual participaram centenas de organizações sindicais e associativas. Aos milhares, delegados e delegadas vindas de muitos países vieram afirmar que existe sim alternativas a esta ordem neoliberal inumana que encarna o Fórum Econômico Mundial de Davos, convocado, como todos os anos, no fim de janeiro, na Suíça. Nós, parlamentares, afirmamos nossa solidariedade com os movimentos sociais e democráticos reunidos na capital do Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, país símbolo de tantos combates progressistas.

Um ano após as mobilizações de Seattle, o FSM foi a oportunidade para medir o dinamismo das resistências cidadãs e populares à mundialização neoliberal, para traçar novas perspectivas de ação solidária. Da mesma forma, de medir as consequências desastrosas para a democracia e as condições de vida de setores crescentes da população —ao Sul e a Leste, mas também ao Norte— políticas impulsionadas pelas instituições financeiras internacionais, a Organização Mundial do Comércio ou o G7.

Nós estamos diante de apostas sociais e ambientais de importância crescente, em escala realmente mundial — um dado fundamental do nosso tempo, reconhecido oficialmente desde a conferência do Rio de 1992. Não se poderíamos assumir tais apostas, como a dos direitos humanos, da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres ou da livre circulação das pessoas, e ao mesmo tempo assegurar um desenvolvimento sustentável em todos os continentes sem reforçar a cooperação internacional. Mas esta cooperação, para ser eficaz, não pode ficar sob a guarda do capitalismo, sob a pressão das finanças.

Ao momento da recolonização econômica do mundo, nosso apoio ao FSM não deve ficar sem amanhã. Corresponde à nossa responsabilidade de parlamentares em busca de maior transparência

e participação da sociedade civil, nos mais amplos debates em tudo que se refere à negociação e ratificação dos convênios internacionais. É nosso papel, enquanto parlamentares, sustentar a ação dos sindicatos e associações com finalidade social, democrática ou ambiental que se engajam unidas na viabilização de alternativas à ordem neoliberal. É nosso papel agir permanentemente com estas organizações para que seus combates tenham uma verdadeira tradução legislativa.

Nos associamos em particular às campanhas em curso: contra os mecanismos imorais da dívida e pela abolição da dívida dos países pobres; pela taxação dos movimentos especulativos de capitais com a instauração de uma taxa "Tobin"; pela supressão dos paraísos fiscais; por uma profunda reforma da OMC e das instituições financeiras internacionais; pelo respeito aos objetivos ecológicos da Agenda 21; contra o patenteamento dos seres vivos; para que a Marcha Mundial das Mulheres tenha êxito, contra a discriminação, a violência e pela dignidade das mulheres.

Queremos atuar pelo respeito à soberania democrática e popular priorizando os objetivos de desenvolvimento humano frente à multiplicação dos acordos de livre mercado e à liberdade crescente do capital em detrimento aos direitos sociais e ecológicos. Rechaçamos a mercantilização e a privatização dos bens e serviços públicos necessários para responder às necessidades dos povos.

Para esta finalidade, constituiremos uma rede internacional de parlamentares para coordenar nossa ação sobre estes temas em nossas respectivas assembleias, para sustentar com mais eficácia a ação dos movimentos sociais e cidadãos, que são nossos interlocutores, para concretizar soluções alternativas. Porque acreditamos que outro mundo é possível.

Porto Alegre, 28 de janeiro de 2001.

# Alarcón diz que a dívida da América Latina é "odiosa"

O presidente do Congresso de Cuba, Ricardo Alarcón Quesada, classificou a dívida externa dos países da América Latina como "odiosa" e defendeu a sua anulação, lembrando que a dívida já foi paga. "Cancelar o que já foi pago várias vezes é uma das batalhas principais a ser enfrentada, se quisermos fazer deste mundo um outro mundo", disse o parlamentar durante sua exposição na mesa "Transações Financeiras Internacionais" do Fórum Parlamentar Mundial em Porto Alegre.

O conceito de dívida odiosa consta do Direito Internacional e garante que se for contraída por um governo não-democrático e não usufruída pela população não é obrigatória à nação. A defesa de Alarcón consiste no fato de

que os governos latino-americanos em diversos períodos da história constituíram-se em Estados de exceção, "e a sociedade não pode ser penalizada pelos atos de ditadores ou governos despóticos que roubaram e espoliaram o país e subjulgaram sua economia e sua soberania às regras de organismos internacionais como o FMI", criticou.

## Dois pesos e duas medidas

O parlamentar traçou um paralelo entre o tratamento dado às dívidas do Terceiro Mundo e dos países desenvolvidos. As dívidas contraídas com os EUA na Primeira Guerra Mundial por países como a Inglaterra nunca foram pagas e "ninguém pergunta porque". O mesmo ocorre com os EUA que deve à Organização das Nações Unidas (ONU).

Alarcón salienta que existe uma carta de princípios que pune os países devedores à ONU com a privação do direito de votar na Assembleia da Organização. No entanto, houve uma negociação que reduz anualmente a dívida, sem a cobrança de juros. "Houve um acordo de cavalheiros, sendo os EUA beneficiários e ninguém questiona. Mas com os países do Terceiro Mundo as condições são sempre diferentes", indigna-se.

Alarcón destacou alguns dados que ilustram a atual situação dos países endividados. Em 1980, segundo ele, o total da dívida do Terceiro Mundo era de 567 bilhões de dólares. Quase vinte anos depois foram pagos 1,6 trilhões de dólares, ou seja, aproximadamente cinco vezes mais, porém, a

dívida em 1999 era de 2,5 quatrilhões de dólares. De acordo com o cálculo do parlamentar a dívida aumentou 1.450% de 1980 para cá.

As consequências deste quadro tingiram as imagens dos países do Terceiro Mundo com pobreza e miséria. No continente africano este resultado é desumano. A partir de informações da Agência Central de Inteligência dos EUA (CIA), utilizadas por Alarcón para avaliar sua análise, em 2015, a população africana deverá ser de 38 milhões de pessoas. Atualmente é de 43 milhões. "É impressionante como o negado acesso à tecnologia pela população pobre serve para calcular o seu destino. Os ricos já estimam quantos vão morrer em decorrência da injustiça praticada", lamenta. ★

DAVOS X POA

# Clima quente na teleconferência Porto Alegre x Davos

A teleconferência entre participantes do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, e o Fórum Econômico Mundial, em Davos, provou pelo menos uma coisa: "a única ligação entre um evento e o outro é o satélite", segundo declaração de Trevor Ngwane, da Campanha Jubileu 2000 - África.

Outras diferenças, mesmo antes do debate, eram possíveis observar. No domingo, 28 de janeiro, em Porto Alegre, calor de quase 32 graus; em Davos (2 graus) o frio dava o tom. Este foi o clima mantido durante toda a transmissão que durou aproximadamente uma hora e meia.

Se fosse uma partida de futebol, com certeza os especuladores, como o megainvestidor George Soros, e os empresários teriam tomado uma goleada. Quando se trata de cifras sociais, chutam para fora da trave.

Logo de início levaram três gols. Oded Grajew, coordenador nacional da Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania - Cives, perguntou de uma só vez: "Quantos dólares estão girando no mercado financeiro internacional? Quanto os países pobres já pagaram em juros da dívida externa? Quantas crianças morrem de fome nestes



O time do FSM que enfrentou Davos durante teleconferência

países?" Não houve resposta. Talvez uma certa ironia. Devolveram a bola, perguntando ao empresário brasileiro sobre alternativas a este processo e, com classe, Oded bateu. "Se vocês conseguirem responder, encontrarão as propostas".

O debate teve momentos emocionantes, como a declaração de Hebe de Bonafini, das Mães da Praça de Maio, da Argentina, sobre o assassinato de milhares de pessoas vítimas de governos antidemocráticos, que contam com a anuência dos

países ricos. "Vocês são nossos inimigos, são monstros", desabafou.

A crítica gerou protesto. Soros e seus pares garantiram em vários momentos que estavam abertos ao diálogo e que recebiam como resposta somente expressão de ódio. Porém, os participantes de Davos não pouparam os de Porto Alegre com sua sinceridade - "as empresas multinacionais produzem mais que os camponeses", "as empresas existem para gerar lucro", "temos que primeiro criar riqueza antes

de distribuí-la".

"Protesto é muito bom, mas devemos dialogar", disse em determinado momento Soros. Os representantes do Fórum Social Mundial, mesmo acreditando ser um "diálogo surdo", como enfatizou Sandra Cabral, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), apresentaram propostas, contrariando aqueles que previam um encontro só de contestação.

"A redação de um abaixo-assinado, para ser enviado à Organização das Nações Unidas (ONU),

pedindo a anulação da dívida externa dos países subdesenvolvidos; a aplicação da Taxa Tobin, que taxa em 1% as transações financeiras, em todos os países do mundo"; e o fim dos paraísos fiscais são as nossas propostas, declarou Bernard Cassen, da ATTAC e diretor-geral do jornal "Le Monde Diplomatique", se colocando à disposição para ajudar. "Se vocês não sabem redigir o abaixo-assinado, podemos fazê-lo por vocês", ironizou o jornalista.

## Davos desmarcada

O coordenador da Cives e idealizador do Fórum Social Mundial, Oded Grajew, disse que "Davos foi desmascarada" após a teleconferência com o Fórum Econômico. "Eles disseram que, para crescermos, temos que nos tornar paraísos fiscais como a Suíça", concluiu.

Indiretamente, interpretou Grajew, "os debatedores de Davos nos disseram para fazermos como fazem os paraísos fiscais, onde circulam o dinheiro do Lalau, do PC Farias, dos nazistas..." Grajew referia-se ao exemplo dado por um dos debatedores de Davos sobre o crescimento econômico da Suíça, dizendo que há cem anos era uma vila de agricultores.

Oded Grajew disse que esperava mais do debate. "Foram desmascaradas duas falsas verdades. Primeiro, a de que esse modelo em vigor melhora a vida. Mentira. Só aumenta as disparidades desde que foi adotado, sinal de que alguma coisa está errada. Segundo, a de que os opositores a esse modelo só protestam, não sabem apresentar propostas alternativas. Pois as propostas foram apresentadas, várias alternativas, mas eles nunca têm resposta, dizem que não têm poder. Eles ficaram com a aura da falsidade." ★

GOVERNO

## Seis governadores lançam manifesto no RS

Seis governadores, três do PT e três do PSB, divulgaram a "Declaração dos governadores presentes ao Fórum Social Mundial", em que manifestam apoio irrestrito ao evento realizado em Porto Alegre (RS) e assumem "compromissos com a participação popular".

Assinam o documento, pelo PT, Jorge Viana (AC), Olívio Dutra (RS) e Zeca do PT (MS) e pelo PSB Anthony Garotinho (RJ), João Capiberibe (AP) e Ronaldo Lessa (AL).

Os governadores defendem no texto que "a democracia representativa deve ser complementada com a democracia participativa". Além do compromisso com a participação popular eles garantem "desenvolvimento centrado na inclusão social, a geração de empregos e distribuição de renda, a preservação da vida e do meio ambiente e a luta pela inserção soberana nas relações internacionais".

O manifesto (reproduzido

abaixo) descreve o modelo de desenvolvimento defendido pelos signatários como economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente sustentável.

"Gerar empregos e distribuir melhor a renda no nosso país orienta nossas ações tanto na busca da inclusão social e econômica como também na construção de uma sociedade justa e igualitária, envolvida por uma cultura de paz", afirmam os governadores. ★



O governador petista do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, foi um dos articuladores do manifesto

### Declaração dos Governadores presentes ao Fórum Social Mundial

No cenário de adversidades imposto pelo neoliberalismo que vigora no nosso país, é preciso fortalecer e ampliar as ações de resistência e de contraposição a este modelo. Por isso, nós, governadores de estados brasileiros, abaixo assinados, reafirmamos aos participantes do Fórum Social Mundial, que acreditamos que um novo mundo é possível, nossos compromissos com a participação popular, o desenvolvimento centrado na inclusão social, a geração de empregos e distribuição de renda, a preservação da vida e do meio ambiente e a luta pela inserção soberana nas relações internacionais.

Cada vez mais, o neoliberalismo tem imposto o fim do poder dos Estados-Nações de exercerem políticas locais de desenvolvimento. O fluxo de capitais financeiros internacionais impõe ao mundo a lógica da exclusão, condenando nações e pessoas à miséria. É preciso organizar todos aqueles que recusam a submissão para garantir que a relação de nossos governos com o grande capital internacional e com outros países seja orientada, prioritariamente, pelos interesses e pelo atendimento das necessidades dos trabalhadores.

Defendemos que a democracia representativa deve ser complementada com a democracia participativa. A população não pode ser mera expectadora do processo político e deve, permanentemente, atuar como protagonista, discutindo e deliberando sobre as ações do Estado, através de instrumentos efetivos de participação popular. Este é o caminho para a construção da cidadania

e a afirmação permanente de uma nova ética na vida pública.

A marca mais profunda do neoliberalismo é a exclusão. Atuar, enquanto governante e militante social, no enfrentamento aos seus efeitos é uma importante tarefa que deve ser complementada com ações que garantam a reinserção social de camadas da população hoje excluídas.

Gerar empregos e distribuir melhor a renda no nosso país orienta nossas ações tanto na busca da inclusão social e econômica como também na construção de uma sociedade justa e igualitária, envolvida por uma cultura de paz.

Acesso à educação, saúde e habitação são direitos do cidadão e não concessões do poder público. O fortalecimento dos serviços públicos essenciais garante a igualdade de acesso e oportunidades, o que viabiliza o exercício da cidadania.

O esgotamento de recursos é uma outra marca perversa do neoliberalismo. O modelo de desenvolvimento que queremos deve ser economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente sustentável. Preservar o meio ambiente representa a solidariedade com a vida e gera a garantia para a sobrevivência das gerações futuras.

Reafirmamos nosso compromisso com a crença de que um novo mundo é possível. Queremos juntamente com os homens e mulheres deste país construir, coletivamente, um novo Brasil que seja referência internacional de democracia, justiça e distribuição de renda.

Fórum Social Mundial, janeiro de 2001.

**PT** CUPOM DE assinatura

Assinatura anual: 1 x R\$ 50,00 2 x R\$ 25,00

- Cobrança bancária  
 Cheques nominais ao Partido dos Trabalhadores (anexos)  
 Depósito bancário nominal para o Partido dos Trabalhadores  
 Banco do Brasil S/A, Ag. 3323-5 - Barra Funda  
 São Paulo-SP - C/C nº 123456-0 (envie xerox do comprovante)

Sim, eu quero assinar o PTnotícias

Nome \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_

Profissão \_\_\_\_\_ Tel \_\_\_\_\_

CEP \_\_\_\_\_ Cidade \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_

Sexo:  Masculino  Feminino

Filiado ao PT:  Sim  Não

Rua Silveira Martins, 132, São Paulo, SP, CEP 01019-000  
 Tel: (0xx11) 233-1328 Fax: (0xx11) 233-1349

## MOVIMENTOS



## Mulheres contra o neoliberalismo

O Fórum Social Mundial foi um momento marcante na contestação à ordem neoliberal, mostrou a imensa adesão à necessidade e a viabilidade de uma outra forma de organizar a sociedade. Além disso, propiciou que movimentos e organizações construíssem análises e estratégias comuns. Neste sentido, destaca-se o documento dos movimentos sociais, proposto por Via Campesina, CUT, ATTAC, Jubileu Sul, Marcha Mundial das Mulheres e que recebe a adesão de inúmeras organizações.

As mulheres compunham quase a metade das plenárias do FSM. Grupos ou articulações de mulheres organizaram várias oficinas. Estávamos todas juntas no ato pela legalização do aborto e contra a ofensiva conservadora do presidente dos Estados Unidos, George Bush, em um ponto alto na visibilidade da presença feminista no Fórum.

Para a Marcha Mundial das Mulheres, eliminar a pobreza significa redistribuir a renda, acabar com o imposto colonial que é a dívida externa, controlar o fluxo de capitais e subordinar o funcionamento do mercado à qualidade de vida de todas as pessoas. Esta pauta é a mesma que mobilizou milhares de participantes no Fórum. Além disso, as mulheres da Marcha entendem que o capitalismo neoliberal reforça as relações de dominação entre os sexos. Em nossa análise da sociedade e na construção de alternativas temos que integrar a produção e a reprodução, o econômico e o social, os espaços público e privado.

Estas questões e a presença do movimento de mulheres na luta contra a globalização neoliberal foram debatidas no Fórum. Em especial, nas oficinas propostas pela coordenação da Marcha Mundial das Mulheres e pela Rede Latino-americana *Mulheres Transformando a Economia*. Mais de trezentas pessoas de 35 países participaram destas oficinas. A partir delas redigimos um texto, que foi nosso ponto de partida na discussão do documento conjunto com os demais movimentos sociais.

### Avaliação e continuidade

A Marcha Mundial de Mulheres foi uma articulação de longo prazo e que se estende para o futuro. Envolve grupos de mulheres de base e de diferentes movimentos sociais mistos. Ela permitiu a construção de consensos em torno de uma plataforma e ganhou vida em uma série de ações. Ações de construção de movimento, e de formação – tanto no debate feminista quanto em temas econômicos, produção de materiais e comunicação. Ações de mobilização pública e pressão sobre os governos em diferentes níveis.

A Marcha dinamizou o movimento de mulheres, facilitou sua intervenção na conjuntura, em processos eleitorais, na campanha contra a dívida externa, ou em casos de violência contra mulheres. Fortaleceu as mulheres como protagonistas nas lutas contra o neoliberalismo e ampliou a influência do discurso feminista no interior de movimentos mistos e na sociedade. Isso é resultado da maior visibilidade das ações do movimento de mulheres e do fortalecimento das mulheres como lideranças.

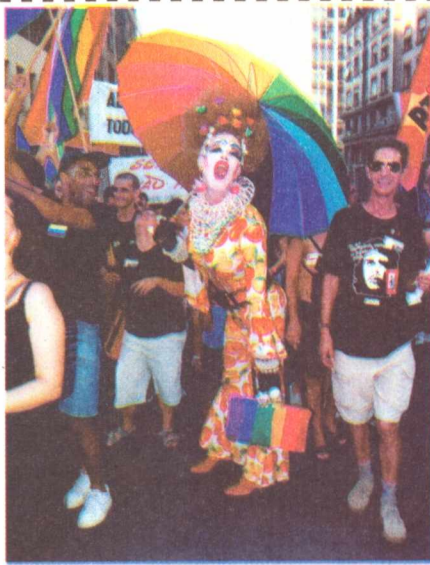
No Fórum, mais uma vez se reafirmou a vontade das mulheres de continuar articuladas em torno de ações concretas que afirmem a plataforma feminista no contexto de luta contra o neoliberalismo. Além das tarefas de organização nacional, se possível ampliando para articulações regionais, temos uma agenda de mobilizações internacionais para 2001. Em abril, os presidentes dos países das Américas estarão no Canadá, em reunião da Alca. Em julho, os presidentes dos oito países mais poderosos do mundo, o G-8, reúnem-se em Gênova, na Itália. Nestes dois momentos, estaremos participando dos protestos organizados pelo conjunto dos movimentos e debatendo entre nós uma política alternativa feminista.★

Miriam Nobre, técnica da SOF (Sempre Viva Organização Feminista), integrante da Secretaria Executiva da Marcha Mundial no Brasil e do Comitê de Enlace Internacional.

Íntegra do artigo publicado originalmente na Folha Feminista nº 20, de fevereiro /01.



Militância petista de Porto Alegre no FSM: participação ativa e numerosa



## Os gays no Fórum

“Não haverá um outro mundo, se não houver direito à cidadania aos homossexuais”, alertou Paulo Mariante, da entidade Grupo de Ação pela Cidadania Homossexual. O ativista, que participou de um ato promovido por várias entidades de gays, lésbicas e travestis, criticou a não incorporação do tema na estrutura oficial do Fórum Social Mundial.

Mariante reconhece a importância do Fórum, porém, considera que questões como homossexualidade, gênero e raça ficaram em segundo plano frente às discussões econômicas. “Sabemos que não haverá um documento oficial do Fórum para incluirmos nossas reivindicações, mas gostaríamos que as reflexões, aqui realizadas pelos homossexuais, fossem uma diretriz para o próximo encontro”, disse.

Por meio de uma Carta Aberta os homossexuais apelam aos organizadores, parlamentares, entidades e participantes do Fórum que estabeleçam compromisso com a luta de lésbicas, gays, travestis, bissexuais e transexuais para garantir o direito à orientação sexual.★

### POLEMICA

## Roquefort contra os transgênicos

O camponês francês José Bové ficou famoso após, junto com outros quatro companheiros da Confédération paysanne (Confederação Camponesa), ter desmontado, literalmente, uma lanchonete em construção da rede McDonald's em Millau, no sul da França. Bové conseguiu, com este feito, colocar em pauta a discussão sobre a liberdade sindical, o comércio internacional, a agricultura intensiva e a qualidade dos alimentos. A luta camponesa na França está estimulando uma reflexão cada vez mais importante sobre o futuro do sistema agroalimentar.

Neste contexto, a manifestação da Confédération paysanne foi muito bem planejada. Era necessário um símbolo forte: o alvo escolhido foram as obras do McDonald's no coração da região de produção do Roquefort, o primeiro queijo de denominação controlada, que possui regras precisas de produção a fim de manter uma qualidade inquestionável.

A rede McDonald's simboliza, para os mentores do protesto, a uniformização alimentar e a banalização da agricultura, que produzem o envenenamento dos alimentos, a destruição da agricultura familiar e a morte dos sabores regionais. Além disto, a luta



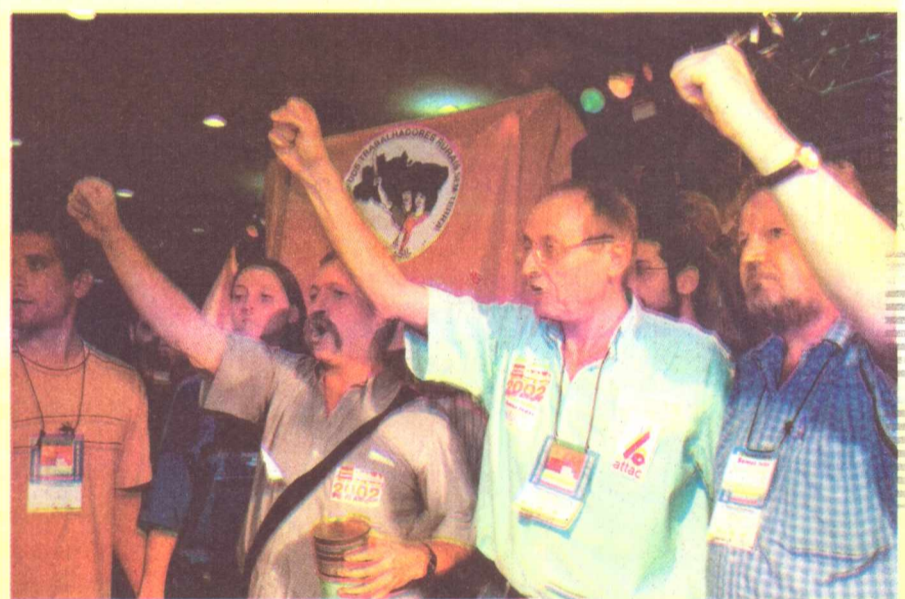
## Jovens lançam manifesto e agenda

Na plenária final do I Acampamento Intercontinental da Juventude durante o Fórum Social Mundial os mais de dois mil jovens, além de aprovarem seu Manifesto, reafirmaram a disposição de articular internacionalmente sua participação no calendário de lutas do Fórum Social Mundial. A primeira atividade programada são os protestos em Buenos Aires no próximo mês de abril, quando da reunião de cúpula dos ministros latino-americanos para discutir a implantação da Área de Livre Comércio para as Américas (Alca).

Outra decisão da plenária foi manter funcionando o Comitê de Juventude que realizou o I Acampamento, com a tarefa de manter e ampliar uma rede de contatos internacionais e já começar a preparar o II Acampamento Intercontinental de Juventude, em janeiro de 2002, com a segunda edição do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre.

Participaram do Acampamento de Juventude jovens de diversos partidos de esquerda, organizações não-governamentais e movimentos sociais do Brasil e também da América Latina. Durante o Fórum Social Mundial foram realizados diversos debates, oficinas e plenárias enfocando temas relacionados à juventude e ao combate à globalização neoliberal. A plenária final aprovou por unanimidade um Manifesto intitulado “Um Mundo Socialista é Possível”.

No seu Manifesto, os jovens reafirmam o tema geral proposto pelo Fórum, “um outro mundo é possível”, afirmando o caráter socialista deste outro mundo. O Manifesto critica o neoliberalismo e denuncia suas conseqüências aos jovens de todo mundo, em especial o desemprego, o desmonte da educação pública, as más condições de trabalho, o racismo e a opressão de gênero.★



O francês José Bové (com lata na mão) participou de protestos junto com o MST

se dirigia contra o monopólio, a arrogância, a hegemonia e o conformismo. Ou seja, a denúncia vigorosa da “ditadura alimentar” se opõe também aos aspectos mais gerais do desejo de conquista norte-americana, tanto no cinema, como na música ou no sistema econômico mundial.

E foi com este espírito de luta que Bové participou não só do Fórum Social Mundial em Porto Alegre, mas também das atividades que repudiam e denunciam as plantações produzidas a partir de sementes geneticamente modificadas.

A destruição da soja transgênica, de propriedade da multinacional Monsanto, foi organizada, segundo o líder sem-terra João Pedro Stédile, pelo MST e diversas entidades, como os pequenos agricultores, as mulheres agricultoras, a Pastoral da Juventude e a Comissão Pastoral da Terra. “Nós assumimos a responsabilidade”, afirmou, ainda durante o encontro em que mais de 3 mil pessoas ouviram o testemunho dele e de Bové, no Fórum Social Mundial. Stédile disse ainda que a atividade foi acompanhada também por outros oito ativistas franceses e pelos representantes do movimento La Via Campesina na América Latina, Ásia e África.

A destruição, “com muito prazer”, segundo José Bové, de três hectares de soja transgênica em Não-Me-Toque (RS) foi o motivo da representação feita à Polícia Federal pelo deputado estadual gaúcho Frederico Antunes (PPB) para que o francês deixasse o país. A iniciativa apenas acelerou processo já iniciado na PF para expulsá-lo. Na representação, Antunes pediu abertura de inquérito policial para apurar os fatos (destruição de soja transgênica). Ele acusou o MST e o ativista francês de “flagrante invasão da propriedade alheia”.

A empresa multinacional Monsanto anunciou que pretende processar João Pedro Stédile e José Bové. O deputado federal Adão Pretto (PT-RS) criticou a decisão da empresa e acusou a Monsanto de atividades ilegais no Brasil ao cultivar a soja transgênica.

“A Monsanto não tem o direito de processá-los porque é ela que está ilegal. Já conseguimos na Justiça a proibição de transgênicos no Brasil”, declarou Adão Pretto. “Bové me disse que se a Monsanto processá-lo estaria fazendo um favor pois estaria lhe dando a oportunidade de retornar ao Brasil e assim ajudar na conscientização da população sobre os males dos transgênicos”, revelou Pretto.★

## CURTAS

**Parlamento deve discutir acordos**

O deputado federal Geraldo Magela (PT-DF) defendeu no Fórum Parlamentar Mundial que os parlamentos lutem pelo direito de participação nas discussões dos acordos internacionais firmados pelos governos. "O Congresso não pode se limitar aos referendos dos acordos", afirmou.

Um dos acordos internacionais que deve ser debatido antes de ser assinado é o da Alca (Área de Livre Comércio das Américas). "Não podemos deixar que a falta de articulação dos parlamentos impeça a nossa participação", defendeu Magela. Ele disse que se isso acontecer será omissão e o parlamento acabará referendando aquilo que os partidos de direita que estão no poder aceitou", alertou o deputado petista. Magela é o presidente da Conferência Parlamentar das Américas (Copa).

**Parlamentar francês defende Taxa Tobin**

O Fórum Social Mundial deve discutir e encontrar mecanismos capazes de impor a aplicação da Taxa Tobin em todos os países do mundo. A defesa foi feita pelo parlamentar francês, Harlen Desir, na primeira mesa do Fórum Parlamentar Mundial.

A Taxa Tobin foi idealizada pelo prêmio Nobel de Economia, o norte-americano James Tobin. A proposta é taxar em 1% as transações financeiras e remeter os recursos arrecadados para um fundo mundial de combate à pobreza. Pela estimativa de James Tobin o fundo poderá conseguir US\$ 170 bilhões por ano.

Segundo Desir, a Taxa Tobin pode ajudar a combater a influência do capitalismo norte americano no mundo "e pode principalmente ajudar a melhorar a situação social dos países subdesenvolvidos." Ele alertou, entretanto, que a taxa não é uma receita milagrosa e nem o suficiente para frear o mercado de capital. "A taxa por si só não leva o equilíbrio financeiro, mas pode ser a base", acrescentou.

Ele citou os países que já adotaram a campanha pela adoção da taxa, entre eles o Brasil, através da composição de uma Frente Parlamentar pela Taxa Tobin. O Canadá, França, Bélgica, Irlanda, Itália, Alemanha, Madagascar, Austrália, Nova Zelândia e vários países africanos também já aderiram ao movimento pela taxa.

Desir informou ainda que o parlamento dos Estados Unidos, em parceria com o francês, também já fez um apelo mundial pela taxa. O documento foi assinado por 480 parlamentares norte-americanos e franceses.

**Lula: combate à fome é prioridade**

O dirigente petista Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que a prioridade do Fórum Social Mundial deve ser o debate sobre "como não deixar mais as pessoas morrerem de fome". "Se, para combater a fome, tivermos que deixar de pagar a dívida, então que não paguemos a dívida", justificou.

Lula disse que os participantes do encontro vão sair de Porto Alegre (RS) com maior consciência política e com mais certeza de que é possível ter um modelo alternativo ao neoliberalismo. "Estamos aqui porque não aceitamos mais que a riqueza do mundo fique concentrada em apenas sete países."

Aplaudido de pé, Lula disse que nunca participou de um encontro com tanta pluralidade e com tanta seriedade como o FSM. "Não dá para mentir sobre a verdade que está acontecendo aqui. O evento não é partidário. A sociedade organizada, as entidades e os políticos sairão daqui certos de que é possível vencer a globalização excludente."

**Mercadante defende compromisso social**

O deputado federal Aloizio Mercadante (PT-SP) defendeu no

Fórum Social Mundial proposta de compromisso básico para o Brasil. Tolerância zero para a fome é o item número um do projeto social. "Não é possível começar um novo milênio, um novo século vendo gente morrendo de fome," afirmou.

Mercadante alertou que melhorar as condições de vida no Brasil não é uma tarefa fácil, "mas é possível", assegurou. Segundo o petista nenhuma criança pode ficar fora da escola. "A Bolsa-Escola pode universalizar o ensino e, se o programa ainda não foi implantado em todo o país é porque a elite aposta na ignorância do povo para continuar comandando a nação", criticou.

Outro compromisso é em defesa da vida. "Precisamos com urgência de uma política de segurança para frear a violência que tomou conta do país." Mercadante destacou que atualmente 40% do orçamento global da saúde vai para o tratamento das vítimas da violência.

O país deve ter também tolerância zero com a corrupção. Mercadante lembrou que ética na política é um valor histórico e fundamental para o PT. "É o partido que agora irá governar para 29 milhões de brasileiros, dará o exemplo. Não aceitaremos corrupção nas nossas gestões. Se isso acontecer é expulsão automática do PT", adiantou.

O deputado disse ainda que é preciso haver um choque salarial no Brasil. "Estamos lutando para garantir um salário mínimo justo. O social tem que ser o eixo do desenvolvimento." Por último, Mercadante defendeu cultura para todos. "Não só música, dança e arte, mas principalmente a garantia do saber. Do direito de adquirir conhecimento em universidades públicas de qualidade."

**Oficina do FSM defende um milênio sem dívida**

As campanhas argentina e brasileira "Jubileo 2000 - por um milênio sem dívida" realizaram nos dias 26, 27 e 29 de fevereiro, durante o Fórum Social Mundial, oficina sobre a dívida externa com representantes de diversos países. A atividade contou com o debate sobre problemas macroeconômicos da dívida, a organização da campanha no continente americano e o relato de experiências dos países envolvidos no evento.

Dentre os encaminhamentos assumidos está a adoção do nome "Campanha Jubileo Sul/Américas" para a campanha do continente, que deverá difundir as resoluções da reunião de Dacar, realizar diálogo com outras campanhas ausentes ao evento e difundir as diversas ações de cada país.

A campanha continental designará também representantes de cada país para as manifestações que deverão ocorrer na Argentina, no início de abril, durante a reunião dos ministros do comércio para tratar da implantação da Área de Livre Comércio (Alca) e, mensalmente, editará um boletim sobre a campanha no continente.

Para o segundo semestre deste ano algumas atividades já foram definidas, como o Dia de Ação Global contra a Dívida, 20 de julho, e a primeira reunião continental, em data e local a serem definidos. A campanha será centralizada em Buenos Aires, por meio do Diálogo 2000 (diálogo@wamani.wamani.apc.org).

**Cobertura jornalística em tempo real**

Os jornalistas das equipes de redação da Linha Aberta, da Secretaria Nacional de Comunicação do PT, e da Agência Informes, da Liderança da bancada federal do partido, acompanharam e realizaram a cobertura do Fórum Social Mundial. As equipes conseguiram disponibilizar durante os cinco dias do evento várias matérias, mantendo informados os internautas que navegam pela páginas do PT (www.pt.org.br) e da Liderança (www.informes.org.br).

Foi graças ao trabalho destes jornalistas que pudemos fazer esta edição especial do PT Notícias sobre o Fórum. Aos colegas o nosso muito obrigado.

## PERSPECTIVAS

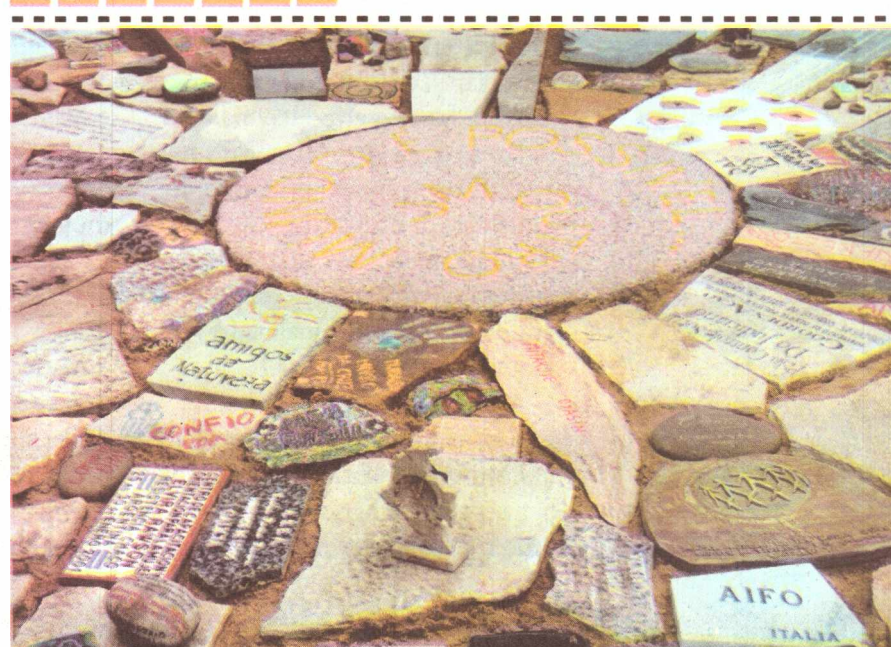


## Porto Alegre convoca para as mobilizações

Os diversos movimentos sociais do mundo todo que estiveram reunidos no Fórum Social Mundial firmaram, além da crença de que é possível construir outro mundo, uma agenda de luta e mobilização contra o neoliberalismo. As propostas baseiam-se no princípio de que os seres humanos e a vida não são mercadorias. E no compromisso com o bem-estar e os direitos humanos de todos e todas. Veja abaixo trecho do documento apresentado pelos movimentos sociais e a agenda de luta para o próximo período.

**"Forças sociais vindas do mundo inteiro nos reunimos no Fórum Social Mundial em Porto Alegre. Sindicatos e ONGs, movimentos e organizações, intelectuais e artistas, construímos juntos uma grande aliança para criar uma nova sociedade, diferente da lógica atual que coloca o mercado e o dinheiro como a única medida do valor. Davos representa a concentração da riqueza, a globalização da pobreza e a destruição de nosso planeta. Porto Alegre representa a luta e a esperança de um novo mundo possível, onde o ser humano e a natureza são o centro de nossas preocupações.**

## MOSAICO



## Arte coletiva

Primeiro esforço internacional para articular a resistência ao neoliberalismo e a busca de alternativas, o Fórum Social Mundial será marcado também por expressões simbólicas e artísticas. O Mosaico da Cidadania é uma delas. Proposta pela Associação Livro das Pedras da Cidadania para o Século XXI, a partir de uma idéia do escultor Eric Thérét, a iniciativa chama atenção por seu caráter de obra de arte coletiva e vai ficar gravada no coração de Porto Alegre, cidade-sede do encontro, e na memória de todos os participantes. Para sua realização, será necessária a colaboração de centenas de participantes do FSM-2001. Cada um deverá levar ao Fórum uma pedra, de preferência gravada em sua língua e na escrita correspondente. Com as centenas de pedras que espera receber, Thérét planeja construir o mosaico.

miséria, fome, discriminação ou violência; a favor de uma melhor qualidade de vida, com igualdade, respeito e paz.

Temos o compromisso de apoiar todas as lutas de nossa agenda coletiva que mobilizem a oposição ao neoliberalismo. Entre as prioridades para os próximos meses, vamos mobilizarmos globalmente contra: o Fórum Econômico Mundial em Cancún, México em 26-27 de fevereiro; a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), em Buenos Aires, Argentina em 6-7 de abril e em Quebec, Canadá em 17-22 de abril; o Asian Development Bank, em maio em Honolulu; a cúpula do G-8 em Genova, Itália, em 15-22 de julho; o FMI e o Banco Mundial, sua Assembleia anual em Washington DC, de 28 de setembro ao 4 de outubro; a OMC, em 5-9 de novembro (Qatar).

No dia 17 de abril, estaremos junto com a mobilização internacional contra as importações de produtos agrícolas baratos que geram "dumping" econômico e social e junto com a mobilização feminista em Genova, contra a globalização. Apoiamos o chamado a um dia mundial de ação contra a Dívida Externa, a se realizar este ano no dia 20 de julho e a mobilização para a

Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação, a Xenofobia e formas correlatas de Intolerância (Durban, África do Sul - 31 de agosto a 07 de setembro de 2001).

Essas propostas formam parte das alternativas elaboradas pelos movimentos sociais do mundo todo. Baseiam-se no princípio de que os seres humanos e a vida não são mercadorias. E no compromisso com o bem-estar e os direitos humanos de todos e todas.

Nossa participação no Fórum Social Mundial enriqueceu a compreensão de cada uma de nossas lutas e saímos fortalecidos. Chamamos todos os povos do mundo a se unirem a esta luta pela construção de um futuro melhor. O Fórum Social Mundial de Porto Alegre é um caminho para a soberania de nossos povos e para um mundo justo."

O documento convocatório das próximas mobilizações conta com o apoio e assinatura de 182 entidades, representantes de movimentos sociais de todo o mundo (da Ação da Cidadania contra a Fome, brasileira, ao Centro Felix Varela, cubano; da Coalização Coreana para Alternativas Econômicas ao Instituto Transnacional, de Amsterdam).★